

REVISÃO

ESPECIAL!

POLÍCIA PENAL DA PARAÍBA

LEI 7.210/1984

LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEP)



JOSIEL SANTOS (@josielst)

QUESTÃO

01. (IDECAN) Segundo a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal. A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade. Esta Comissão deverá ser composta, no mínimo, por dois chefes de serviço e:

- a) Um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social.
- b) Um psicólogo, um assistente social e um enfermeiro.
- c) Um psiquiatra, um assistente social e um enfermeiro.
- d) Um assistente social, um farmacêutico e um psicólogo.

QUESTÃO

02. (IDECAN) Nos termos da Lei de Execução Penal, a assistência à saúde do preso e do internado terá caráter

- a) preventivo e compreenderá atendimento médico e farmacêutico.
- b) curativo e compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.
- c) curativo e retributivo e compreenderá atendimento médico, odontológico e psicológico.
- d) preventivo e curativo e compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

QUESTÃO

03. (IDECAN) Segundo a Lei de Execução Penal, a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A assistência estende-se ao egresso.
- b) A assistência será material, à saúde, jurídica, sexual, educacional e religiosa.
- c) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.
- d) O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

QUESTÃO



04. (IDECAN) Sobre as Disposições Gerais que a Lei de Execução Penal estabelece quanto ao Trabalho do condenado, analise as afirmativas a seguir.

I. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

II. Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

III. O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

IV. As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas.

Estão corretas as afirmativas

a) I, II, III e IV. b) I e II, apenas. c) I, III e IV, apenas. d) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO

05. (IDECAN) “O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por _____ membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.”

Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- a) 9 b) 11 c) 13 d) 15

QUESTÃO

06. (IDECAN) NÃO incumbe ao Conselho da Comunidade:

- a) Entrevistar presos.
- b) Orientar os condenados à pena restritiva de direitos.
- c) Apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário.
- d) Visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca.

QUESTÃO

07. (IDECAN) Sobre as disposições gerais que a Lei de Execução Penal estabelece quanto à disciplina, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É vedado o emprego de cela escura.
- b) São permitidas as sanções coletivas.
- c) As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado.
- d) Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar.

QUESTÃO

08. (IDECAN) “Segundo a Lei de Execução Penal, as faltas disciplinares classificam-se em leves, médias e graves. A legislação local especificará as _____, bem assim as respectivas sanções. Pune-se a tentativa com a sanção correspondente _____.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- a) médias e leves / à falta consumada
- b) leves / à metade da falta consumada
- c) médias / a um terço da falta consumada
- d) graves, médias e leves / a um quarto da falta consumada

QUESTÃO

09. (IDECAN) Estatui a Lei de Execução Penal que as recompensas têm em vista o bom comportamento reconhecido em favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho. São recompensas:

- a) O elogio e a concessão de regalias.
- b) O elogio e a autorização de trabalho interno.
- c) A concessão de regalias e a constituição de pecúlio.
- d) A constituição de pecúlio e a autorização de trabalho interno.

QUESTÃO



10 (IDECAN). Sobre o conteúdo normativo da Lei 7.210/19, que trata das Execuções Penais, é correto afirmar que

- a) o Ministério Público fiscalizará a execução da pena, oficiando no processo executivo e nos incidentes da execução. Quanto à medida de segurança, acompanhará seus incidentes.
- b) é permitido ao Conselho Penitenciário exigir parecer sobre indulto e comutação de pena, mesmo na hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso.
- c) é atribuição do Departamento Penitenciário Nacional fiscalizar a fiel aplicação das normas de execução penal.
- d) o Conselho Penitenciário é órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena.
- e) os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, em que as condenadas possam amamentar seus filhos, no mínimo, até 4 (quatro) meses de idade.

QUESTÃO

11 (IDECAN) . Dentre as alternativas a seguir, referente ao disposto na Lei 210/84 (que institui a Lei de Execução Penal), assinale a que esteja CORRETA.

- a) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando evitar o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, porém não se estenderá ao egresso.
- b) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. A prestação de trabalho a entidade privada depende do consentimento expresso do preso.
- c) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter repressivo e curativo compreenderá atendimento médico, farmacêutico e psicológico.

QUESTÃO

- d) Ao condenado à pena privativa de liberdade será facultado o trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.
- e) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado também em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. O limite máximo do número de presos será de 5% (cinco por cento) do total de empregados na obra.



FIM

REVISÃO

ESPECIAL!

POLÍCIA PENAL DA PARAÍBA